

17ª DELIBERAÇÃO DA SECÇÃO PERMANENTE DO SEGREDO ESTATÍSTICO

**AUTORIZAÇÃO DE LIBERTAÇÃO DO SEGREDO ESTATÍSTICO DE DADOS ESTATÍSTICOS CONFIDENCIAIS
SOLICITADOS PELA DIRECÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS**

Tendo em consideração a solicitação da Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), relativa a:

Número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros e parques de campismo, por município, para o ano de 2010.

Considerando:

- A natureza confidencial das informações solicitadas, nos termos do número 2 do artigo 6º da Lei nº 22/2008 de 13 de Maio;
- Que a informação se destina ao cumprimento de uma obrigação legal pela DGAL (Resolução do Conselho de Ministros nº 128/99 de 26 de Outubro), estando em causa relevantes necessidades de informação estatística relacionadas com a repartição de fundos públicos entre o Estado e as Autarquias Locais e a definição dos critérios subjacentes a essas atribuições, pelo que a solicitação se enquadra nas excepções previstas no número 6 do artigo 6º da Lei nº 22/2008 de 13 de Maio - *planeamento e coordenação económica* – as quais permitem ao Conselho Superior de Estatística autorizar a libertação de dados sujeitos a Segredo Estatístico;
- A cooperação entre as entidades do Sistema Estatístico Nacional (SEN) produtoras de informação estatística e a entidade à qual são fornecidos os dados, nomeadamente quanto aos limites de utilização da informação estatística de base, a qual será apenas utilizada nas finalidades descritas no pedido, devendo ser garantida a sua confidencialidade no manuseamento, tratamento, divulgação e destruição após utilização, de forma a garantir total observância do princípio do segredo estatístico preservando assim a confiança no Sistema Estatístico Nacional;
- A importância de salvaguardar a segurança e confidencialidade do tratamento da informação estatística, devendo o DGAL pôr em prática as medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger a informação estatística solicitada contra a destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado de forma a garantir total observância do princípio do segredo estatístico e preservando assim a confiança no Sistema Estatístico Nacional;

- Nos termos da respectiva legislação orgânica e de funcionamento (Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro e a alínea e) do artigo 16º do Decreto-Lei nº 202/2007 de 27 de Outubro), que é possível concluir que a DGAL não prossegue atribuições e competências que colidam directa ou indirectamente com a aplicação do princípio do segredo estatístico;
- As competências do Conselho Superior de Estatística (CSE), nos termos da Lei nº 22/2008, de 13 de Maio, para zelar pelo cumprimento do segredo estatístico junto das entidades solicitantes de informação confidencial, podendo realizar auditorias e outras acções de fiscalização do cumprimento das suas deliberações, delegadas na Secção Permanente do Segredo Estatístico (SPSE) de acordo com o anexo A da 2ª Deliberação do Plenário;
- O estipulado no artigo 6º da Lei nº 22/2008, de 13 de Maio, que se refere ao princípio do segredo estatístico em geral e estabelece, em particular, as excepções admissíveis a este, designadamente as finalidades a que tem de destinar-se a informação libertada e os limites da sua utilização;
- A decisão constante da 3ª Deliberação da Secção Permanente do Segredo Estatístico que refere, no ponto B, que B) Doravante, o pedido da DGAL será feito anualmente ao INE, com conhecimento do CSE, sendo ao mesmo, caso se verifique completa identidade face ao presente pedido, dada sequência por procedimento escrito nos termos do Regulamento Interno do CSE e da 2ª Deliberação da SPSE" e a verificação de todos os pressupostos desta decisão.

A Secção Permanente do Segredo Estatístico, considerando as suas competências legais e regulamentares, **delibera**:

- A) Autorizar o Instituto Nacional de Estatística a fornecer à Direcção Geral das Autarquias Locais os dados estatísticos referidos no primeiro considerando.
- B) A DGAL deve assinar a Declaração de sigilo em anexo, comprometendo-se a:
 1. Guardar absoluto sigilo em relação aos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, relativos a informação estatística confidencial proveniente do Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria, e do Inquérito à Permanência de Campistas em Parques de Campismo, usando-os exclusivamente para os fins mencionados no pedido enviado ao Conselho Superior de Estatística em Junho de 2011;
 2. Efectuar a divulgação da informação de acordo com o mencionado no pedido aprovado, de uma forma que não permita qualquer identificação, directa ou indirecta, das unidades estatísticas de base;
 3. Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger a informação estatística disponibilizada, contra o acesso não autorizado, a difusão, a alteração, a destruição accidental ou ilícita, ou a perda accidental;

4. Utilizar a informação somente para as finalidades para que foi cedida, e enquanto necessária, procedendo à sua destruição logo que deixe de ser necessária para aquelas finalidades, de forma que garanta a impossibilidade de quaisquer acessos futuros por terceiros;
5. Enviar ao Conselho Superior de Estatística o resultado do trabalho desenvolvido a partir da informação estatística cedida, designadamente os mapas entregues na Assembleia da República para efeitos do pedido (transferências financeiras para as Autarquias Locais no Orçamento para 2012) e todos os estudos ou publicações que venham a ser produzidos com base naquela informação.

Lisboa, 17 de Agosto de 2011

O Presidente da Secção, Vasco Rodrigo Duarte de Almeida
A Secretária do CSE, Maria da Graça Fernandes Caeiro Bento